



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

30 de Junho de 2024



Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil ("BACEN"), a Administração do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "Mercado Crédito SCFI S.A.") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo de 30 de junho de 2024.

A criação da Mercado Crédito SCFI S.A. tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de Pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do *marketplace* e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

A vantagem competitiva da Companhia está no *marketplace* Mercado Livre e a plataforma de pagamentos do Mercado Pago que formam um ecossistema maduro, de porte e com um número significativo de usuários (empresas e pessoas), fortalecendo o engajamento dos clientes e trazendo soluções financeiras de ponta a ponta.

O plano de negócio da Mercado Crédito SCFI S.A. prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações e executa suas operações conforme os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios da companhia.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 28 de agosto de 2024.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria da
Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Rui Borges', written over a circular stamp or watermark.

Rui Borges
Contador CRC-SP207135/O

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023.**

(Valores em R\$ mil)

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
ATIVO			
Disponibilidades	4	90.607	1.377
Instrumentos financeiros		10.043.980	7.583.067
Aplicações interfinanceiras de liquidez/Outros depósitos	4	124.042	426.664
Instrumentos financeiros derivativos ativos	5.b	122.374	3.869
Títulos e valores mobiliários	5.a	3.787.553	4.148.884
Operações de crédito	6	4.219.674	2.178.593
Outros ativos a receber	7	1.790.337	825.057
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6	(1.985.725)	(1.207.752)
Impostos e contribuições a compensar		-	984
Ativos fiscais diferidos	14.b, 14.c	641.978	423.621
Intangível		12.572	-
Amortizações		(166)	-
Total do Ativo		8.803.246	6.801.297
PASSIVO E PL			
Instrumentos financeiros - passivo		8.422.590	6.146.635
Depósitos	8.a	5.721.764	4.728.096
Obrigações por empréstimo	10	1.498.321	1.044.547
Recursos de aceites e emissão de títulos	8.a	474.372	40.360
Instrumentos financeiros derivativos passivos	5.b	-	17.931
Outros passivos diversos	9	728.133	315.701
Outras obrigações	9	53.853	12.403
Obrigações fiscais diferidas	14.b, 14.c	254	210
TOTAL DO PASSIVO		8.476.697	6.159.248
Capital social	11	1.265.000	1.265.000
Outros resultados abrangentes	11.b	381	315
Prejuízos acumulados		(938.832)	(623.266)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		326.549	642.049
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.803.246	6.801.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023.**

(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.693.304	931.461
Rendas de operações de crédito		1.457.307	535.125
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		235.997	396.336
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(355.268)	(410.786)
Despesas com juros e similares		(280.839)	(410.861)
Resultado de variação cambial		(7.090)	75
Obrigações por empréstimos		(203.774)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		136.435	-
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DA PROVISÃO		1.338.036	520.675
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6.e	(1.223.252)	(556.683)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12	114.784	(36.008)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(648.709)	(147.613)
Receita por antecipação de transações de pagamento		34.384	-
Despesas administrativas	13.a	(1.840)	(527)
Despesas de pessoal	13.a	(46.800)	(24.151)
Despesas tributárias	13.b	(91.532)	(25.800)
Outras despesas operacionais	13.c	(542.921)	(97.135)
RESULTADO OPERACIONAL		(533.925)	(183.621)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(533.925)	(183.621)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.a	218.359	73.440
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(315.566)	(110.181)
Quantidade de ações		1.265.000.000	1.115.000.000
Prejuízo básico e diluído por ação		0,25	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023.
(Valores em R\$ mil)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Prejuízo do semestre	(315.566)	(110.181)
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	66	237
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	110	394
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	(44)	(157)
Varição de outros resultados abrangentes	66	237
Resultado abrangente líquido do semestre	(315.500)	(109.944)

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022.**

(Valores em R\$ mil)

	Notas	Capital Realizado	Aumento de Capital	Outros Resultados abrangentes	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.115.000	(100.000)	179	(485.882)	529.297
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		-	-	237	-	237
Aumento de capital	11.a	-	100.000	-	-	100.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(110.181)	(110.181)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023		1.115.000	-	416	(596.063)	519.353
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.265.000	-	315	(623.266)	642.049
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		-	-	66	-	66
Prejuízo do semestre		-	-	-	(315.566)	(315.566)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2024		1.265.000	-	381	(938.832)	326.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023.**

(Valores em R\$ mil)

	30/06/2024	30/06/2023
PREJUÍZO DO SEMESTRE	(315.566)	(110.181)
Ajustes ao caixa gerado pelas atividades operacionais	1.208.833	483.243
Amortização	166	-
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	1.223.252	556.683
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(218.359)	(73.440)
Atualizações monetárias de empréstimos	53.078	-
Variação cambial por empréstimos	150.696	-
Total ajustes de reconciliação	893.267	373.062
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais	(1.344.087)	(728.951)
Títulos e valores mobiliários e derivativos	225.007	881.187
Operações de crédito	(2.486.360)	(791.754)
Outros créditos e outros ativos a receber	(964.296)	262.043
Depósitos	993.668	(1.208.745)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	434.012	49.090
Outras obrigações e passivos diversos	453.882	79.228
Fluxo de caixa gerado/aplicado nas atividades operacionais	(450.820)	(355.889)
Fluxo de Caixa das atividades de investimento	(12.572)	-
Aquisições de Intangível	(12.572)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(12.572)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	250.000	100.000
Capital integralizado	-	100.000
Captação de empréstimos	250.000	-
Fluxo de caixa gerado/aplicado na atividade de financiamento	250.000	100.000
DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(213.392)	(255.889)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do semestre	428.041	300.429
Caixa e Equivalentes de caixa no final do semestre	214.649	44.540

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.****(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "SCFI") é uma sociedade anônima fechada inscrita no CNPJ 37.679.449/0001-38. A Companhia tem sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903 e pode, por deliberação da diretoria, criar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior, em conformidade com a legislação aplicável. A Companhia tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis às entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A Companhia terá como controlador final a MercadoLibre.INC, sediada nos Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ: 05.528.233/0001-85. A Companhia foi constituída em 24 de abril de 2020 e obteve, em 09 de novembro de 2020, a autorização para atuar como instituição de crédito, financiamento e Investimento, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN. A Companhia registrou prejuízos líquidos nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, entretanto, a entidade opera no contexto operacional do conglomerado Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. formando parte do conjunto de decisões estratégicas do Grupo MercadoLibre.INC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: (i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisão para créditos e (iii) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação de curto prazo e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 27 de agosto de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.a. Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

3.b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Curto Prazo, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizadas são realizadas em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários e derivativos é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SCFI, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Instrumentos financeiros derivativos: a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de Swap contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 que prevê a contabilização do diferencial a receber ou a pagar do valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no Ativo ou Passivo, respectivamente, e apropriado ao resultado como receita (quando ganho) ou despesa (quando perda). A composição desses instrumentos estão explícitos em notas explicativas específicas.

3.d. **Valor justo dos instrumentos financeiros**

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis. Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

3.e. **Operações de créditos**

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

3.f. **Provisão para perdas associadas a operações de crédito**

A análise da provisão para perdas associadas a operações de crédito concedidas pela SCFI é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

3.g. **Depósitos**

Os depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos são reconhecidos com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base "pro rata temporis".

3.h. **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;

- **Provisões e passivos contingentes:** uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Em 30 de junho de 2024 a Companhia não possui valores de contingências.

3.i. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

- **Correntes:** a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- **Diferidos:** os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

3.j. **Partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

3.k. **Resultados recorrentes e não recorrentes**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	90.607	1.377
Total	90.607	1.377
Aplicações interfinanceiras de liquidez/Outros depósitos (i)	124.042	426.664
Total	124.042	426.664
Total Caixa e equivalentes de caixa	214.649	428.041

(i) São aplicações em operações compromissadas, sendo operações overnight com prazo médio de vencimento até 30 dias. Em 30 de junho de 2024, as operações compromissadas são com títulos públicos federais pós fixados e possuem taxa de 10,40% e outros depósitos pós fixados com taxa de 10,50%. Em 31 de dezembro de 2023, as operações compromissadas são com títulos públicos federais pré e pós fixados e possuem taxas entre 11,55% e 11,65%.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.a. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 os títulos e valores mobiliários foram classificados como “Disponível para Venda”:

	30/06/2024		31/12/2023
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	3.467.546	3.467.546	3.845.041
Cédulas de crédito bancário - CCB (i)	3.467.546	3.467.546	3.845.041
Títulos públicos	319.371	320.007	303.843
Letra Financeira do Tesouro - LFT	319.371	320.007	303.843
Total	3.786.917	3.787.553	4.148.884

	30/06/2024		
	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	721.240	2.746.306	3.467.546
Cédulas de crédito bancário - CCB (i)	721.240	2.746.306	3.467.546
Títulos públicos	282.291	37.716	320.007
Letra Financeira do Tesouro - LFT	282.291	37.716	320.007
Total	1.003.531	2.784.022	3.787.553

Curto Prazo	1.003.531
Longo Prazo	2.784.022

	31/12/2023		
	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	3.845.041	-	3.845.041
Cédulas de crédito bancário - CCB (i)	3.845.041	-	3.845.041
Títulos públicos	267.926	35.917	303.843
Letra Financeira do Tesouro - LFT	267.926	35.917	303.843
Total	4.112.967	35.917	4.148.884

Curto Prazo	4.112.967
Longo Prazo	35.917

(i) As cédulas de crédito bancário são emitidas pela parte relacionada Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. Vide nota 15.

5.b. Instrumentos financeiros derivativos

O Mercado Crédito participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias de suas operações, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados e observados no mercado. Segregação por tipo de contrato, contraparte e notional:

Tipo de contrato	30/06/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	122.374	-	3.869	(17.931)
Total	122.374	-	3.869	(17.931)

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de Swap possuem vencimentos em 01 de agosto de 2024 e 19 de novembro de 2024.

Contratos	30/06/2024					
	Valor de referência	Custo Amortizado		Valor de Mercado		
		Curva Ativa	Curva Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Valor Justo
Swap USD x CDI (i)	(1.015.060)	(1.118.928)	(1.235.471)	(1.118.928)	(1.241.302)	122.374
Total	(1.015.060)	(1.118.928)	(1.235.471)	(1.118.928)	(1.241.302)	122.374

Contratos	31/12/2023					
	Valor de referência	Custo Amortizado		Valor de Mercado		
		Curva Ativa	Curva Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Valor Justo
Swap USD x CDI (ii)	1.015.060	1.040.280	1.058.211	1.044.150	1.058.211	(14.062)
Total	1.015.060	1.040.280	1.058.211	1.044.150	1.058.211	(14.062)

(i) A companhia possui risco a mercado gerado por variação cambial decorrente de contratação de empréstimo indexado a moeda estrangeira. Para gerenciar este risco, o Mercado Crédito contrata swap com ponta ativa na mesma moeda e passiva por um indexador atrelado a % CDI.

Hedge de Risco de Mercado

A estratégia de hedge de risco de mercado do Mercado Crédito consiste em estrutura de proteção à variação no risco de mercado, em pagamento de juros relativos a passivos reconhecidos. A estratégia de Hedge de Risco de Mercado que a companhia possui consiste em designar swap de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI como instrumento derivativo em estrutura de Hedge Accounting de valor justo, tendo como item objeto operação de empréstimo em moeda estrangeira. Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Estratégias	30/06/2024						31/12/2023	
	Contratos de Swap	Instrumentos de Hedge			Objeto			Objeto
		Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Referência (Notional)	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Referência (Notional)	Valor de
								Valor de
Hedge de Risco de Mercado USD x BRL (i)	1.235.471	5.832	1.235.471	(5.832)	1.040.280			

(i) A Mercado Crédito possui estratégia de hedge de risco de mercado, cujo objeto é um passivo de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos, assim, a efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº3.082/2002.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Saldo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 das operações de crédito contratadas no Sistema Financeiro Nacional:

6.a. Composição da carteira de crédito e abertura por contraparte

Modalidade de crédito	30/06/2024		31/12/2023	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Crédito pessoal	1.765.198	(527.676)	689.993	(223.265)
Cartão de crédito	2.054.745	(1.368.315)	1.288.884	(898.179)
Capital de Giro	162.883	(37.988)	84.299	(41.463)
Financiamentos	236.849	(51.746)	115.417	(44.845)
Total	4.219.674	(1.985.725)	2.178.593	(1.207.752)
Curto Prazo	3.970.878	(1.985.725)	2.060.903	(1.207.752)
Longo Prazo	248.796	-	117.690	-
Contraparte:				
	30/06/2024		31/12/2023	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	4.056.742	(1.947.730)	2.094.294	(1.166.289)
Pessoa jurídica	162.932	(37.995)	84.299	(41.463)
	4.219.674	(1.985.725)	2.178.593	(1.207.752)

6.b. Composição das operações de crédito por vencimento

	30/06/2024	31/12/2023
Curso Normal Parcelas a vencer	2.368.399	1.051.968
até 3 meses	1.060.474	530.942
3 a 6 meses	521.265	215.182
6 a 12 meses	537.865	188.154
acima de 12 meses	248.796	117.690
Curso Anormal Parcelas vencidas	1.851.275	1.126.625
Até 14 dias	134.592	91.625
até 3 meses	545.517	295.220
3 a 6 meses	566.008	296.264
6 a 12 meses	605.158	443.516
Total	4.219.674	2.178.593

6.c. Classificação da carteira das operações de crédito

Nível	30/06/2024			31/12/2023		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
C	1.914.893	146	1.915.038	834.736	47	834.783
D	105.909	90.028	195.937	16.395	2.580	18.975
E	47.358	84.377	131.735	25.795	35.135	60.930
F	64.951	35.267	100.218	52.256	90.461	142.717
G	186.870	949.280	1.136.149	96.528	485.632	582.160
H	48.419	692.177	740.597	26.258	512.770	539.028
Total	2.368.399	1.851.275	4.219.674	1.051.968	1.126.625	2.178.593

6.d. Classificação da provisão por fator de risco das operações de crédito

30/06/2024				
Nível	% Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(57.453)	(68.103)	(125.556)
D	10%	(19.589)	(28.144)	(47.733)
E	30%	(39.515)	(20.540)	(60.055)
F	50%	(50.109)	(1.444)	(51.553)
G	70%	(795.298)	(164.933)	(960.231)
H	100%	(740.597)	-	(740.597)
Total		(1.702.561)	(283.164)	(1.985.725)

31/12/2023				
Nível	% Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(25.043)	(31.987)	(57.030)
D	10%	(1.897)	(2.564)	(4.461)
E	30%	(18.279)	(1.103)	(19.382)
F	50%	(71.359)	(5.325)	(76.684)
G	70%	(407.514)	(103.656)	(511.170)
H	100%	(539.025)	-	(539.025)
Total		(1.063.117)	(144.635)	(1.207.752)

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos de avaliação das suas operações de crédito. A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente. A provisão requerida segue com base a Resolução 2.682/99 do CMN.

6.e. Movimentação da Provisão para Perdas associadas ao Risco de Crédito

	Total
Saldo Inicial 31/12/2022	(1.105.877)
Constituições/Recuperações/Renegociação de crédito	(1.169.939)
Baixas para prejuízo	1.068.064
Saldo Inicial 31/12/2023	(1.207.752)
Constituições/Recuperações/Renegociação de crédito	(1.223.252)
Baixas para prejuízo	445.279
Saldo Final 30/06/2024	(1.985.725)

Em 30 de junho de 2024, a carteira de crédito inclui R\$ 1.163.541 (PDD - R\$ 791.268) referente a operações renegociadas (31 de Dezembro de 2023 - R\$ 1.056.640 com PDD - R\$ 684.367). Houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no valor de R\$ 109.406, no período findo em 30 de junho de 2024 (31 de Dezembro de 2023 - R\$ 141.795).

7. OUTROS ATIVOS A RECEBER

	30/06/2024	31/12/2023
Outros ativos a receber		
Valores a receber – Ligadas (i)	1.458.988	429.720
Outros créditos (ii)	331.349	395.337
Total	1.790.337	825.057

(i) São constituídos pelos valores a receber com ligadas e outros créditos a receber referente à operações de crédito que estão e processo de liquidação financeira junto aos bancos liquidantes e ligadas. Vide nota 15.

(ii) Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui montante de R\$ 246.089 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 318.475) como outros créditos com partes relacionadas.

8. DEPÓSITOS

8.a. Composição dos depósitos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos		
Certificado depósito interbancário - CDI	150.102	950.661
Certificado depósito bancário - CDB (i)	5.571.662	3.777.435
Total	<u>5.721.764</u>	<u>4.728.096</u>
Recursos de aceites e emissão de títulos		
Letra financeira - LF	474.372	40.360
Total	<u>474.372</u>	<u>40.360</u>
Total Depósitos e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.196.136	4.768.456

(i) Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui montante de R\$ 595.548 com partes relacionadas.

8.b. Composição dos depósitos por prazo de vencimento

	<u>30/06/2024</u>			
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	-	150.102	-	150.102
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii) (iv)	1.178.539	3.069.567	1.323.556	5.571.662
Letra Financeira - LF (iii)	468.621	-	5.751	474.372
Total	<u>1.647.160</u>	<u>3.219.669</u>	<u>1.329.307</u>	<u>6.196.136</u>
	<u>31/12/2023</u>			
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	950.661	-	-	950.661
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii) (iv)	2.565.158	891.076	321.201	3.777.435
Letra Financeira - LF (iii)	1.282	-	39.078	40.360
Total	<u>3.517.101</u>	<u>891.076</u>	<u>360.279</u>	<u>4.768.456</u>

(i) Em 30 de junho de 2024, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) de 105,4 %a.a..

(ii) Em 30 de junho de 2024, os certificados de depósitos bancário pós fixados são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 100% à 150% a.a.. Os certificados de depósitos pré-fixados, as taxas de juros variam entre 10,1% à 11,5% a.a..

(iii) Em 30 de junho de 2024, as letras financeiras são indexados a 100% do percentual da taxa referencial de juros (DI) mais taxa nominal pré-fixada que varia de 0,7% à 1,4% a.a..

(iv) Em 30 de junho de 2024, a Mercado Crédito possui emissão de CDB com parte relacionada no montante de R\$ 595.548. Vide nota 15.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PASSIVOS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros passivos diversos		
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	634.725	311.363
Credores diversos - país	89.884	2.443
Provisão para pagamentos a efetuar	3.524	1.895
Total	<u>728.133</u>	<u>315.701</u>
Outras obrigações		
Impostos e contribuições a recolher	53.853	12.403
Total	<u>53.853</u>	<u>12.403</u>
Total de Curto Prazo	781.986	328.104

(i) São constituídos por valores a pagar de curto prazo a entidades ligadas, substancialmente referente a repasse de liquidação da carteira de crédito. Vide nota 15.

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO

10.a. Composição de obrigações por empréstimos

	30/06/2024	31/12/2023
Obrigações por empréstimo		
Principal por obrigações	1.265.060	1.015.060
Juros por empréstimo	233.261	29.487
Total	1.498.321	1.044.547

Todas as operações de empréstimo vigentes possuem vencimento de até 1 ano.

10.b. Movimentação dos empréstimos

	31/12/2023	Captações		Pagamentos		30/06/2024
	Saldo Final	Principal	Juros apropriados e variação cambial	Principal	Juros	Saldo Final
Empréstimos	1.044.547	250.000	203.774	-	-	1.498.321
	1.044.547	250.000	203.774	-	-	1.498.321

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.a. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 1.265.000 representados por 1.265.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$1.265.000. A quantidade de ações estão assim distribuídas:

	%	30/06/2024	%	31/12/2023
MercadoCréditoHolding Financeira Ltda	50,01%	632.626.500	50,01%	632.626.500
Mercadopago, LLC	49,99%	632.373.500	49,99%	632.373.500
Total	100%	1.265.000.000	100%	1.265.000.000

Em AGE de 31 de outubro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 500.000 mediante a emissão de 500.000.000 de ações sendo totalmente subscrito nesta data. Deste montante, foram totalmente integralizados R\$ 400.000 e 100.000 deverão ser integralizadas no prazo de até 1 ano. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 13 de dezembro de 2022. Em 26 de abril de 2023, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI a integralização e subscrição das 100.000 cotas. Em 26 de abril de 2023, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI a integralização e subscrição das 100.000 cotas.

Em AGE de 11 de setembro de 2023, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 150.000 mediante a emissão de 150.000.000 de ações sendo totalmente subscrito nesta data. Deste montante, foram totalmente integralizados R\$ 75.000 e 75.000 deverão ser integralizadas no prazo de até 1 ano. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 20 de outubro de 2023. Em 01 de dezembro de 2023, foi integralizado o restante do valor aprovado em 11 de setembro de 2023, no valor de R\$ 75.000 equivalentes a 75.000.000 ações ordinárias.

11.b. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de valorização ou desvalorização do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários líquidos de impostos, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos.

12. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	235.997	396.336
Rendas de operações de crédito	1.457.307	535.125
Despesas com juros e similares (i)	(280.839)	(410.861)
Resultado de variação cambial	(7.090)	75
Obrigações por empréstimos	(203.774)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	136.435	-
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (ii)	(1.223.252)	(556.683)
Total Resultado da intermediação financeira	<u>114.784</u>	<u>(36.008)</u>

(i) Em 30 de junho de 2024, as despesas com o Fundo Garantidor de Crédito são no montante de R\$ 2.595.

(ii) Em 30 de junho de 2024, as baixas para prejuízo da carteira de crédito são no montante de R\$ 445.279 (R\$ 523.619 em 30 de junho de 2023).

13. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

13.a. Despesas administrativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas administrativas		
Despesa com processamento de dados	(572)	(166)
Despesa com serviços técnicos especializados	(127)	(147)
Outras despesas administrativas	(1.141)	(214)
Despesas de pessoal	(46.800)	(24.151)
Total Despesas administrativas	<u>(48.640)</u>	<u>(24.678)</u>

13.b. Despesas tributárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas tributárias		
Despesa de contribuição ao COFINS	(64.321)	(22.077)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(11.071)	(3.587)
Outras despesas tributárias	(16.140)	(136)
Total	<u>(91.532)</u>	<u>(25.800)</u>

13.c. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Outras despesas operacionais (i)	(542.921)	(97.135)
Total	<u>(542.921)</u>	<u>(97.135)</u>

(i) Trata-se substancialmente de serviços de cobranças de crédito, rateio de custos entre as empresas do mesmo conglomerado e custos com prevenção a fraude relacionados a operação.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.a. Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no semestre

	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(533.925)	(183.621)
Alíquota vigente	40%	40%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	<u>213.570</u>	<u>73.449</u>
Efeito de itens permanentes Diferença		
Outras adições e exclusões	4.789	(9)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>218.359</u>	<u>73.440</u>

14.b. Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

Impostos diferidos ativos sobre:	31/12/2023	Constituição e Realização	30/06/2024
Provisão para perdas associadas a operações de crédito e prejuízo fiscal	422.988	218.304	641.292
Contas a pagar – provisões	4	26	30
Provisão para bônus	629	27	656
Outras Provisões - MTM	(210)	(44)	(254)
Total	423.411	218.313	641.724
Ativo Fiscal Diferido Ativo	423.621	218.357	641.978
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(210)	(44)	(254)
Total	423.411	218.313	641.724

14.c. Prazo de realização do crédito tributário

	2024	Total
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	641.724	641.724

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2024 é de R\$580.746 (R\$378.391 em 31 de dezembro de 2023).

15. PARTES RELACIONADAS

	30/06/2024			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Meli Developers Brasil Ltda.	3.050	(6.507)	-	-
DeRemate.com de Uruguay S.R.L.	-	(1.540)	-	(16.553)
Ebazar.com.br Ltda.	84	(595.727)	-	(16.862)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(146)	-	-
MercadoLibre Colombia Ltda.	-	(4.588)	-	(407)
MercadoLibre S.R.L.	-	-	-	(16.019)
Mercadolivre.com Atividades de Internet LTDA	-	(11.364)	-	(52.753)
MercadoLibre Chile Ltda.	-	(2.394)	-	(33.547)
MercadoPago Instituição de pagamento Ltda. (i)	5.169.489	(482.540)	212.528	(177.055)
Meli Uruguay S.R.L.	-	(90.507)	-	(52.158)
PSGAC, S. de R.L. de C.V.	-	(6.964)	-	(23.903)
Mercado Livre FIM Crédito Privado I	-	-	-	(21.710)
Mercado Credito FIDC Nao Padronizados	-	(100)	-	-
Mercado Credito I FIDC Nao Padronizados	-	(14.677)	-	(1.266)
Mercado Credito II Brasil FIDC Nao Padronizados	-	(13.220)	-	-
Total	5.172.623	(1.230.274)	212.528	(412.233)

17. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução CMN 4.557/17, a Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades das Instituições e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os principais riscos (Liquidez, Crédito, Mercado e Operacional) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados. A instituição possui uma política corporativa de Riscos, a qual engloba o apetite por risco (RAS) e define a estrutura e as diretrizes a serem adotadas por toda empresa, conforme exigido pelos reguladores locais. O Apetite por Riscos (RAS) é uma definição realizada pela alta administração, de modo a determinar o nível máximo e o tipo de risco que a instituição está disposta a assumir, considerando o nível de gestão de risco atual, para alcançar os objetivos estratégicos. A gestão de riscos busca identificar, analisar, mensurar, gerenciar e comunicar os riscos financeiros relevantes da Instituição por meio de um conjunto de métricas e limites, combinando modelos complementares de avaliação, buscando capturar uma visão ampla das perdas financeiras ou insuficiência de capital a qual a Instituição está sujeita. A gestão de riscos da Instituição possui uma estrutura de governança e acompanhamento de riscos por meio do estabelecimento do Comitê de Riscos e Compliance. Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: I - fraudes internas; II - fraudes externas; III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; VI - situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; VII - falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); VIII - falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição. Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com Resolução CMN 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos diários para avaliação do nível de liquidez frente os fluxos de caixa futuros em diferentes horizontes de tempo e considerando cenários de estresse ou sistêmicos.

Risco de mercado

Busca mensurar o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos, e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a gerenciamento do IRRBB e risco de taxa a instituição, utiliza como principais metodologias para gestão do risco a sensibilidade do DeltaEve e o VarParamétrico.

Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através em um dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição das volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; ii) à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) às vantagens concedidas na renegociação e iv) à reestruturação de instrumentos financeiros; e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência de operações de Cartão de Crédito. A estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, em aderência à resolução CMN 4.677/18, e limites para concessão de crédito à Partes Relacionadas, em aderência à resolução 4.693/18. A estrutura possui também procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos. A gestão de risco de crédito tem como objetivo garantir níveis adequados de exposição creditícia, tanto a nível de contraparte quanto a nível de segmentação e portfólio, buscando minimizar perdas e assegurar uma alocação eficiente dos recursos, proporcionando maior solidez e solvência à Instituição.

Gestão de Capital

O Bacen determina às instituições financeiras reguladas a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Segundo as regras estabelecidas pelas Resoluções BCB 197/2022 até BCB 202/2022 entradas em vigência em 01 de julho de 2023, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, que tenham como líder uma instituição de pagamento e sejam integrados por instituição financeira ou demais instituições autorizadas. A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A é integrante do conglomerado prudencial composto pela líder Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. Em 30 de junho de 2024 o cálculo do índice de Basileia é realizado conforme novas regras específicas de capital prudencial.

18. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui valores de resultados não recorrentes.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de junho de 2024, a entidade possui como evento subsequente a liquidação de operação de empréstimo no valor atualizado de R\$ 950.320.

20. OUTROS ASSUNTOS

A companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da regulamentação estabelecida pelas Resoluções BCB nº 4.966 de 25/11/2021. A referida Resolução estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. Plano de Implementação dos referidos normativos está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

DocuSigned by:
Ricardo Lagreca
CDEE2834045E4D8...

Ricardo Lagreca Siqueira
Responsável Legal

DocuSigned by:
Gabriel Parreira
C430E001C3134E2...

Gabriel Parreira Faustino da Silva
Contador CRC-1SP301017/O-4